

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA À UNIVERSIDADE E CONSEQUENTEMENTE AO MERCADO DE TRABALHO

PROFESSIONAL ORIENTATION AT SCHOOL: LIMITS AND POSSIBILITIES FOR THE INCLUSION PROCESS OF STUDENTS FROM A PUBLIC SCHOOL TO THE UNIVERSITY AND CONSEQUENTLY TO THE LABOR MARKET

Valda Ozeane Camara Cassiano de Oliveira¹

Paula Almeida de Castro²

Resumo

Esse trabalho resulta de uma pesquisa do mestrado que teve como objeto de estudo compreender a escolha profissional de jovens no ensino médio. Escolha esta, entendida nesse trabalho, como um momento decisivo para os alunos egressos do ensino básico, pois, essa escolha influenciará na construção da identidade profissional que buscam para o futuro. O estudo pautou-se no referencial teórico sobre a juventude, ensino médio e orientação profissional a partir dos conceitos de Dayrell (2009), Pais (1990), Carrano (2011), Carneiro (2012) e Sposito (2009), dentre outros. Utilizou a abordagem qualitativa para subsidiar um estudo de caso em uma escola pública estadual do estado da Paraíba, os sujeitos foram os 13 professores do Ensino Médio e 34 alunos de uma sala de aula. A pesquisa buscou, ainda, responder à questão “Até que ponto uma escola pública da Paraíba, através de seus professores, tem contribuído no processo de Escolha Profissional dos seus alunos?” Os resultados apontaram que a presença da escola, através dos seus docentes na escolha profissional do jovem estudante é essencial, visto a instituição ser um locus privilegiado, no qual docentes e discentes podem desenvolver atividades em consonância com esta temática.

Palavras-chave: Escolha Profissional. Inclusão. Juventude.

Abstract

This work results from a research of the professional masters that had as object of study to understand the professional choice of young people in high school. Professional choice is, understood in this work, as a decisive moment for students graduating from elementary education, because this choice will influence the construction of the professional identity that they seek for the future. For this, he analyzed the relationship between the professional choice of high school youth and the teaching practice, in the daily life of a public school of basic education in Paraíba. The study was based on the theoretical framework on youth, high school and professional orientation from the concepts of Dayrell (2009), Pais (1990), Carrano (2011), Carneiro (2012) and Sposito (2009). Among others. He used the qualitative approach to subsidize a case study in a

1 Discente do Mestrado Profissional em Formação de Professores na Universidade Estadual da Paraíba. Correio eletrônico: valdaozeane@hotmail.com

2 Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Centro de Educação. Correio eletrônico: emailsdapaula@gmail.com

state public school in the state of Paraíba, the subjects were the 13 high school teachers and 34 students from a classroom, having as a product of the professional Master in Teacher Training the creation of an Instructional Blog for professional guidance, as well as the possibility of using digital technologies for a better interaction between teachers and students, in order to educate young people for their professional career. The research also sought to answer the question “To what extent has a public school in Paraíba, through its teachers, contributed to the process of Professional Choice of its students?” It was observed that most of the students have doubts about the future professional, the teacher would have the possibility to transform their reality, contributing to a more assertive choice, obtaining better professional results. The results showed that the presence of the school through its teachers in the professional choice of the young student is essential, since the institution is a privileged locus, in which teachers and students can develop activities in line with this theme.

Keywords: Choose Professional. Inclusion. Youth.

Introdução

A escolha profissional é um momento decisivo para os alunos egressos do ensino básico, pois, tal escolha influenciará na construção da identidade profissional que buscam para o futuro.

Os professores, através da escola, podem buscar promover a formação integral dos estudantes e fortalecer o protagonismo juvenil com a oferta de atividades que promovam a educação científica e humanística, a valorização da leitura, da cultura, o aprimoramento da relação teoria e prática, da utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras.

Foi neste contexto, ministrando aulas no ensino básico que resolvemos fazer uma investigação em uma escola de Ensino Médio no interior da Paraíba, para entender como funcionava o processo de escolha profissional dos alunos no último ano do ensino básico e o papel da escola neste processo.

Pelo fato da entidade investigada, no ano de 2014, está inserida dentre as escolas paraibanas contempladas pelo Ensino Médio Inovador (EMI), era garantida a formação em tempo integral com a inserção de atividades que diferenciava o currículo, o que distinguia a instituição das demais não contempladas pelo programa.

Os primeiros dados, coletados através de uma pesquisa direcionada com questionários, nos permitiram verificar que os jovens apresentavam anseios e dúvidas quanto à profissão que deveriam escolher. Tais resultados apontaram a necessidade dos professores trabalharem em sala de aula acerca de temáticas, tais como, a escolha profissional e o ingresso dos alunos no mercado de trabalho.

Neste contexto, correspondendo a uma nova pesquisa acadêmica, desta vez que corresponde ao resultado de uma pesquisa de mestrado em formação de professores, resolvemos visitar os egressos desses alunos de 2014, para tentar compreender como o projeto resultou na vida dos mesmos e ao mesmo tempo buscando comprovar através de novas leituras e de uma proposta de usar tecnologias digitais para que facilite o processo dos professores em sala de aula, podendo ir além dos muros da escola, tendo a oportunidade de trabalhem também questões sobre o processo de escolha dos alunos, assim como trabalhar questões sobre vestibulares, dentre outros fatores que o docente considerar pertinente, já que muitas vezes encontramos alunos sem estímulo e/ou incentivo seja para o ingresso à Universidade, ou para outro campo, como o curso técnico ou profissionalizante.

Ministrando aulas aos alunos do 3º ano do Ensino Médio, é comum que o professor partilhe com os alunos alguns dilemas que estes enfrentam, com questionamentos como: Qual área do conhecimento eu me identifico mais? Quais são as exigências do mercado de trabalho? Para auxiliar o aluno nestas indagações, torna-se necessário algumas reflexões e análises por parte dos professores, como por exemplo: O que estes querem e buscam para suas vidas? A escola que temos é a escola que queremos? Diante do currículo proposto, posso fazer adaptações à minha realidade?

Jovens e/ou adolescentes estes, que são alunos da escola pública ou privada, que se preocupam com a necessidade de aprovação tanto na escola, no ENEM, como em outros vestibulares, tendo de certa forma uma preocupação social e familiar, pois a sociedade e a família comumente exige muito deste adolescente em relação à sua perspectiva futura.

Diante das problemáticas citadas, tomamos como objetivo da nossa pesquisa responder à seguinte pergunta: Como se dá a relação entre o processo de escolha profissional de jovens e as práticas docentes do Ensino Médio? E de maneira específica: Como os jovens buscam informações sobre o acesso ao Ensino Superior durante o Ensino Médio e quais são as perspectivas dos jovens ao término do Ensino Médio, sobre as escolhas profissionais? Até que ponto as escolas públicas da Paraíba, através de seus professores, tem contribuído no processo de Escolha Profissional dos seus alunos?

É preciso ressaltar que essa escolha não é possível para todos os jovens, afinal vivemos em uma sociedade em que a desigualdade e as contradições são marcas fundamentais. Dessa forma, quando se encerra os estudos ao término do Ensino Médio, não significa, necessariamente, o ingresso em uma faculdade e a elaboração de um projeto de vida. Ao contrário, muitos jovens já estão inseridos no mercado de trabalho, enquanto outros são encaminhados para qualquer emprego, às vezes o primeiro que aparece, pois as necessidades financeiras são emergenciais. Diante disso, um processo de orientação voltado a esses jovens além de ser inclusivo pode ser eficaz.

Contribuindo assim para o currículo vigente e podendo aproximar-se e tornar-se não apenas mais um professor a dar conteúdos e a enriquecer o caderno com assuntos e teorias que muitas vezes não dizem nada com a realidade e necessidade dos mesmos. Mas que, quando se articula a teoria à prática, mostra-se que o conhecimento e aprendizado é algo possível e próximo a qualquer um.

Refletindo inseparabilidade entre a teoria (ideia ou conteúdo abordado pelo professor) e a prática (o modo de fazer com que a teoria migre da experiência docente para discente), sem que o professor seja a medida do conhecimento, muito menos o detentor do saber, e sim, mestre e aprendiz sendo sujeitos, almejando juntos, produzir conhecimentos, não somente, apropriar-se.

Com pertinentes questões acerca de currículo, escola, cultura e suas inter-relações, vislumbrando a educação como um movimento pelo qual uma geração recebe as criações culturais das gerações antecedentes e as transmite, que logicamente mesmo recebendo este legado, cada um de nós, ao mesmo tempo, nos construímos de forma singular. E nesta linha de heterogeneidade e singularidade, o que para Lages (2006) apud Rodrigues (2013, p.11) é uma grande riqueza, partimos para repensar de forma mais profunda como é pensado o currículo a partir do processo de escolha profissional do jovem, de forma mais específica, no ensino médio regular.

Na conjuntura educacional em que nos encontramos neste momento, é imprescindível termos a concepção de que o processo de ensino - aprendizagem pode decorrer de duas atividades, que estão intimamente articuladas, que são as mobilizações de alunos e ações dos professores, construindo saberes, o docente sendo o mediador deste processo.

Também partimos da tentativa de identificar a existência de debates e projetos na escola sobre este tema e mostrar a importância, de um possível ajuste no currículo, no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, caso seja necessário ao ser reformulado, proporcionando um despertar sobre o papel orientação vocacional dentro da sala de aula, como possibilidade de ajustamento da escolha profissional, ou seja, considerando que há uma grande quantidade de jovens nas escolas públicas que os faltam estímulos até mesmo para terminar o Ensino Médio.

Partindo desta vivência em sala de aula, verificamos como esses jovens reagem à escolha profissional quando chega ao terceiro ano médio, por isso, resolvemos aprofundar os estudos sobre juventude e escolha profissional, baseados em alguns autores como Carrano (2011), Pais (1990), Sposito (2009), Dayrell (2009) dentre outros estudiosos.

Escolha profissional: juventude e escola

Dúvidas e angústias relativas a uma profissão e ao fato de fazer escolhas são absolutamente normais e comuns a todos, porém, o momento crucial de escolher uma profissão é geralmente inserido na fase da adolescência, por ser o período em que o jovem começa a se preocupar com o seu futuro, passando a pensar nas escolhas que devem ser feitas para que possam se realizar pessoalmente, coletivamente e começam a perceber a responsabilidade que é assumir uma decisão.

No âmbito do entendimento e dos conceitos sobre o jovem, é interessante situar a diferença entre adolescência e juventude, de acordo com os estudos de Sposito (2009), citamos aqui o termo juventudes no plural, porque são múltiplas as identidades dos jovens, em suas experiências, culturas, linguagens, em suas origens e pertencimentos sociais. São também diversos em suas trajetórias escolares, nas demarcações étnico-raciais, além de outros de suas várias divisões e posições na sociedade. E visto que existem alguns debates sobre tais nomenclaturas, que segundo os autores Silva e Lopes (2009), à luz dos estudos de Sposito, mencionam que

Juventude, mocidade, adolescência, puberdade, flor da idade, novo, nubilidade, muitos são os termos e conceitos utilizados para se caracterizar esse período da vida. É importante esclarecer que, no Brasil, há um uso concomitante de dois termos: adolescência e juventude (...) O termo adolescência parece estar mais vinculado às teorias psicológicas, considerando o indivíduo como ser psíquico, pautado pela realidade que constrói e por sua experiência subjetiva. Ao passo que o termo juventude parece ser privilegiado no campo das teorias sociológicas e históricas, no qual a leitura do coletivo prevalece (Silva; Lopes, 2009, p.88).

Sendo assim, a juventude só pode ser entendida na sua articulação com os processos sociais e na sua inserção no conjunto das relações sociais produzidas ao longo da história. Contudo, utilizaremos os termos jovem ou adolescente, já que os dois podem fazer referência aos alunos do terceiro ano do Ensino Médio, sujeitos de nossa pesquisa.

Ensino Médio

É necessário contextualizar o Ensino Médio, seus conceitos e transformações, analisando o papel da escola, o currículo e a cultura juvenil. Neste segmento, finalidades e questões voltadas ao mercado de trabalho, ao ENEM e o acesso ao ensino superior no Brasil, assim como questões voltadas a LDB, a planos nacionais de educação, a exemplo do PNE; discussões sobre a reforma do ensino médio e currículo.

Pelo fato de todos estes fatores citados estarem ligados diretamente à conclusão do

ensino básico, assim como a inserção do aluno na universidade e/ou mercado de trabalho.

A educação é uma questão bastante debatida ao longo da história, tanto que, filósofos, sociólogos e educadores, têm deixado suas contribuições teóricas acerca da temática.

Historicamente o modelo educacional que predomina na contemporaneidade, ou seja, no cenário atual, foi influenciado pela Revolução Industrial. Houve a necessidade de dar conta de uma demanda social que surgia, cujo mercado de trabalho exigia que as pessoas soubessem, minimamente, ler e escrever. E assim, foi com o advento da modernidade, que a educação adquiriu um dos objetivos que tem hoje: formar mão-de-obra para o crescente mercado de trabalho.

A passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade de informação, ocasionou uma quebra do equilíbrio de um contexto, seja ele econômico, social, cultural e/ou individual. Pode-se considerar inclusive, que as mudanças tecnológicas que envolvem o jovem têm grande contribuição, podendo provocar mudanças individuais e sócio afetivas.

Afirma Dayrell (2009), que ao aproximar-se mais do chão da escola, verifica-se a diversidade das manifestações culturais do jovem do Ensino Médio “desenvolvidas por meio de diversas ferramentas, principalmente depois do uso da internet nas esferas da sociabilidade, através dos sites de relacionamento ou dos chamados blogs, por exemplo, isso é uma realidade notória”(p.07).

No Brasil, o processo de escolarização atualmente, se divide em três etapas, como está consignado nos artigos 26 a 36 da LDB, que são: ensino infantil, ensino fundamental I e II e ensino médio. Há também o ensino de jovens e adultos, aos que não tiveram acesso à escola no tempo ideal.

O Ensino Médio regular, é o que neste capítulo, nos interessa, trata dos últimos anos do processo de escolarização, que prepara ou deve preparar os alunos para uma nova etapa de vida, a dualidade do ingresso ao ensino superior e /ou para o mercado de trabalho.

Na última série desta fase, o terceiro ano, o ensino passa por duas modalidades de avaliação, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (Ideb³).

Tal processo e os assuntos abordados nestes períodos são baseados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE).

3 O Ideb é gerado do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), programa de governo, e não do Plano Nacional de Educação (PNE) (Política de Estado), o Ideb, calculado a cada dois anos, trabalha com dois indicadores: o rendimento e o desempenho dos alunos.

Com o fim da ditadura e a passagem por uma transformação social representada por uma Nova Constituição (1988), a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) estipulou o Ensino Médio com função formativa, etapa de conclusão da Educação Básica. Esta educação básica passou a ser “a categoria abrangente que envolve educação infantil, o ensino fundamental [ex. 1º grau], o ensino médio [ex. 2º grau] e a educação de jovens e adultos (CURY, 1991, p. 576 apud Brasil, 2013, p. 22).

Importante ressaltar, que a educação de jovens e adultos, intitulada de EJA passa a ter uma nova nomenclatura no estado da Paraíba, desde o ano de 2017, passando a ser chamada de ciclos.

Menezes (2016) aponta as finalidades do Ensino Médio, que são: a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental; a preparação básica para o trabalho e para a cidadania, o que nos cabe ressaltar, que nos PCN (2000) já começava estas discussões sobre a cidadania, valores, ética, direitos humanos dentre outros pontos; o aprimoramento do educando como pessoa humana, com formação ética, autonomia intelectual e pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos e, por conseguinte, a discussão sobre a histórica dualidade entre o mercado de trabalho e ensino propedêutico do Ensino Médio.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB, editada no ano de 1996, comporta metas e objetivos da política do ensino brasileiro. Através dela é que ocorrem todas as modificações e melhorias em nível escolar. “A Lei nº 12061/09⁴ trouxe uma nova obrigação para o Estado, qual seja providenciar a universalização do Ensino Médio. (Galindo, 2010, p.1).

A universalidade da educação consiste em colocá-la a disposição de todas as pessoas em idade escolar e também àquelas que não tiveram acesso no tempo correto. Assim afirma Lopes (1999) citado por Galindo (2010):

A educação é obrigatória para o Estado como serviço público que deve ser posto em quantidade e qualidade necessárias para atendimento universal da população em condições de igualdade de conteúdo e aproveitamento àquele posto à disposição pela iniciativa privada. Tem-se, portanto, que ao Estado é conferido este dever e, seu descumprimento acarreta medidas judiciais que o obriguem a cumpri-lo (Lopes, 1999 apud Galindo, 2010, p. 4).

O direito à educação universal, como também afirma Monica Sifuentes (2009) classifica-se como direito social e também como direito público subjetivo, de modo que sua violação pode acarretar medida judicial que o reclame. Ou seja, o Ensino Médio é obrigatório e universal no nosso país, e toda a população em idade escolar, ou os que não tiveram acesso no tempo correto, terá uma vaga para estudar, cabendo medidas judiciais, como já foi mencionado, caso não se cumpra.

4 Lei 12061/09 | Lei nº 12.061, de 27 de outubro de 2009. Altera o inciso II do art. 4o e o inciso VI do art. 10 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público.

Foi a partir de 1988, com a aprovação da nova Constituição Federal e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em 1996, que o ensino médio foi direcionado à população em grande escala e não apenas os filhos da elite brasileira.

Os índices referentes ao número de alunos matriculados na educação básica mostram que houve uma ampliação do sistema público do ensino médio, entretanto, não houve um aumento significativo dos recursos financeiros necessários para acolher todos esses estudantes e melhorar a qualidade de ensino. Como consequência disso, de acordo com Ferreira e Machado (2012)

A classe média começou a abandonar a rede de ensino público por causa da baixa qualidade, aumentando as matrículas de ensino na rede privada, em que o ensino médio passou a ser visto como mercadoria e, como nem todos têm acesso a essa mercadoria, esse nível de ensino acabou se tornando restrito (Ferreira e Machado, 2012, p.04).

Um fato que comprova a má qualidade de ensino na rede pública, é a estatística, que vem mostrando há anos que grande parte dos alunos que ingressam no ensino superior são oriundos da rede privada.

Mesmo diante dos programas criados pelo governo para incentivar e facilitar os alunos da escola pública a ingressarem na universidade, como o Sistema de Cotas e o Prouni, ainda assim, o maior ingresso nos cursos mais concorridos são preenchidos por alunos oriundos da escola particular.

Nesta perspectiva, podemos fazer enfoque mais uma vez, que o Ensino Médio no nosso país foi organizado sob os limites da seletividade e da dualidade, alunos da escola pública com um ensino voltado mais para o mercado de trabalho e o da escola particular, com objetivos voltados para o acesso ao ensino superior.

Houve por parte do Estado, uma progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio. Até o término do ano de 2016, a maioria das escolas de todo o Brasil precisavam oferecer três anos deste ensino, com carga horária mínima de 800 horas a cada ano. Com quatro formas configurando o oferecimento de Ensino Médio no país: a Regular, a Normal/Magistério, a Integrada à Educação Profissional (Integrado) 1 e o EM de Educação de Jovens e Adultos (EJA), nomeados de ciclos.

No Brasil, o este segmento tem a duração mínima de 3 anos, que a LDB 9394/96⁵ delimita

5 No Brasil, o Ensino Médio tem a duração mínima de 3 anos. A finalidade do Ensino Médio, segundo a LDB 9394/96, em seu artigo 35º, é a seguinte: I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do [pensamento crítico](#); IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

suas respectivas finalidades. Carneiro (2012) menciona que se compararmos, as escolas que possam ser consideradas como as melhores na preparação para o Ensino Médio no Brasil, às instituições de alguns países como o Chile, Peru e Argentina, por exemplo, estes, ainda estão a frente do nosso país em índice de escolaridade. E esta é uma questão central do debate educacional.

Muitas vezes, nós, alunos, professores, brasileiros, somos convocados a olhar para alguns países que estão avançando a frente do Brasil, através de pesquisas educacionais e sempre nos deparamos com o fracasso do Ensino Médio, que, por sua vez, é visto como um problema separado e isolado dos outros segmentos da educação básica.

Versa Carneiro (2012) que o grande problema no Ensino Médio público “não é que temos uma escola ruim, senão que não temos escola adequada para este fim”.(p.16) Acrescenta ainda, que existe um ajuntamento de pessoas e de atividades, trabalhando em um espaço em que cada um, dentro do possível, tenta ser professor e em que cada escola, dentro do possível, tenta ser escola.

A reforma do Ensino Médio vem sendo discutida desde o ano de 2015 pela medida provisória (MP) nº746, de 2016 e a Proposta de Emenda à Constituição que restringe os gastos da União (PEC 241), estando em análise novas proposições a possíveis mudanças, devido a um possível e “Novo Ensino Médio”. Mudanças estas, que em outro momento de aprofundamento desta pesquisa podemos detalhar melhor tal mudança, já que até o presente momento, tal reforma está em estudo e em fase de reformulações.

De acordo com Amorim e Santos (2016) o anúncio da nova reforma do Ensino Médio, implementada pela Medida Provisória 746 de 22 de setembro de 2016, “em um momento de crise do capital, o que nos faz refletir que tal reforma, não tem como objetivo a formação humana, mas dar uma resposta ao mercado ora em crise”. (p.129)

O currículo do Ensino Médio passou a ser normatizado pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC e por itinerários formativos específicos definidos em cada sistema de ensino e com ênfase nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. Ou seja, dá autonomia aos sistemas de ensino para definir a organização das áreas de conhecimento, as competências, habilidades e expectativas de aprendizagem definidas na BNCC.

Os percursos que o Ensino Médio brasileiro tem apresentado ao longo da história da educação, suas reformas, perpetua e nos mostra a cada ano letivo, destinos incertos. Esta etapa final do ensino básico se conduz de modo fragilizado, é o que apontam as avaliações que analisam seu desempenho, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que tem apresentado baixos resultados.

Todavia, o Ensino Médio não deve simplesmente ser visto e entendido como um treino para o mercado de trabalho e preparo para o ensino superior, são muitas as nuances que o envolve.

Para a escola assumir sua dimensão humanista mais ampla, não aceitando um triste papel de depósito de mão-de-obra ociosa, ela precisa garantir, para todos os alunos [...] condições para que desenvolvam confiança e autoestima, valores humanos, interesses culturais, autonomia econômica e consciência social (Alvim, 2011, p. 81 *apud* Menezes, 2001, p.204).

Ao discorrer sobre o Ensino Médio, é importante atentarmos para o fato de que esta etapa é fundamental ao processo educativo, já que envolve, além do término do ensino regular, a preparação para o mercado de trabalho. A escola tendo o papel de auxiliar o jovem, que vivencia um período conflitivo, a superar suas dificuldades e questionando-se, se suprem as necessidades destes jovens.

1.2 Demandas da escola: a relação com o trabalho no processo de escolha profissional do jovem

É importante analisar, investigar e refletir sobre o papel da escola no conceito de trabalho e das escolhas transmitidas ao indivíduo, uma vez que é a partir dela que o indivíduo faz a transição para o mercado de trabalho e para a Universidade. A escola constitui uma base muito significativa de referência na orientação do adolescente.

Antes de adentrarmos na importância da escola como locus privilegiado para trabalhar as escolhas profissionais dos alunos, nos cabe aqui, fazermos uma breve introdução acerca da situação da educação e de como pode ser “vista” a escola no nosso país.

Na atualidade, o neoliberalismo constitui uma referência política e econômica que “orienta” as ações e as tomadas de decisões de grande parte dos nossos governantes. E quando se trata de um país, como o Brasil, cujas políticas são vulneráveis, as consequências são ainda maiores.

No que tange a educação, de forma mais específica a escola, o capitalismo dominante, seu dinamismo e força manipulatória reside o seu interesse e se perpetua na escola, reorganizando-a como a aparência de democrática e aberta a todos.

E por estar inserida em uma sociedade capitalista, observa-se muitas vezes que a escola, no segmento do Ensino Médio, prioriza apenas a produção de informações para que o aluno seja aprovado no Enem/ vestibular.

Diante deste quadro, Barbosa (2004) menciona que,

Mesmo com todo discurso de modernização da escola e da educação como caminhos para vencer o subdesenvolvimento e colocar o país no rumo do progresso, o que se verifica no Brasil, e em muitos países de economia que atrasada ou em desenvolvimento, é um crescente descaso com a educação e com as escolas e universidades públicas. (Barbosa, 2004, p.88)

Ou seja, ainda que nos discursos oficiais das instituições financeiras do nosso país, exista a fala da valorização à educação e à escola, o que observamos no nosso cotidiano é o afastamento da criança e uma evasão do jovem do Ensino Médio da escola, ocasionando assim, altos índices de analfabetismo e escolaridade, baixo nível.

Vemos assim, que não é interessante tentar compreender o papel da escola, sem compreender o movimento do capital, que envolve a mesma. Embora, professores, diretores, alunos, coordenadores, ou seja, todos os envolvidos no ambiente escolar, não devem ficar presos às amarras negativas e deixar de produzir conhecimento, bem como, valorizar o lócus, que pode ser sim, um ambiente de descobertas e novas aprendizagens, dinamizando o currículo e tentando atingir as temáticas que são pertinentes aos alunos.

A pesquisa: um estudo de caso

Da abordagem metodológica utilizada no desenvolvimento da pesquisa, serão descritos o tipo, os sujeitos e o campo de pesquisa, o instrumento a ser utilizado na coleta de dados e os procedimentos adotados para a análise de dados. Apresenta-se a contextualização da instituição na qual a pesquisa foi realizada com a justificativa da escolha dos participantes e dos instrumentos deste estudo. Em seguida, a análise dos dados, a partir dos temas abordados nos questionários aplicados, trazendo, ao final, a discussão dos resultados.

Considerando as diversas concepções de ciência, bem como de métodos científicos, deparamo-nos com inúmeras formas de se fazer a pesquisa: “[...] compreendida como capacidade de elaboração própria, a pesquisa condensa-se numa multiplicidade de horizontes no contexto científico” (Demo, 2001, p.18). A pesquisa é, também, um estudo pessoal, pois traz em si marcas, inferências e atitudes investigativas de quem as põem em prática. É um estudo definido pelo rigor que é compreendido de diversas formas no cenário científico.

O presente estudo trata de um estudo de caso, sobre os jovens de uma escola pública. Com uma abordagem qualitativa, pois tem como objetivo realizar a interpretação da realidade, explicando situações dentro de um determinado contexto. Visto que, está relacionada no

levantamento de dados sobre as motivações de um grupo, em compreender e interpretar determinados comportamentos, a opinião e as expectativas dos indivíduos de uma população.

Por ser exploratória, não temos como intuito obter números como resultados, mas percepções que possam nos indicar caminhos para tomada de decisão correta sobre uma questão problema, neste estudo, o processo da escolha profissional do aluno do terceiro ano, do Ensino Médio.

Versa Ribeiro (2015, p.93), que a pesquisa qualitativa tem como principal função descrever dados de determinada realidade social, seja esta envolvendo o coletivo ou simplesmente de caráter individual. Procurando entender um determinado fenômeno em profundidade, realizando descrições, análises e interpretações de caráter subjetivo.

Quem determina a abordagem metodológica não é a preferência do pesquisador, mas, sobretudo, o objeto de estudo, o problema abordado na pesquisa e a finalidade da investigação (Ribeiro, 2015, p.91)

A análise qualitativa ganhou lugar quando se tornou perceptível que o paradigma da quantificação já não atendia a todos os problemas oriundos das pesquisas científicas.

Nesta pesquisa foi utilizado um questionário formulado com 6 (seis) questões, referentes a visão do adolescente diante da escolha profissional, suas pretensões, obstáculos e perspectivas futuras. Abordando também questionamentos acerca da participação da família e amigos neste momento.

Nos estudos iniciais, de cunho bibliográfico, foi feito um levantamento informal a respeito do conceito de juventudes, neste caso no plural, “porque são múltiplas as identidades, experiências, culturas, linguagens, em seus lugares de pertencimento” Sposito (2009), que apresentam perfis multifacetados de quais seriam as responsabilidades da escola, da família e de forma mais específica do professor, na abordagem da temática e ações voltadas a Escolha Profissional do aluno, bem como tentando entender os desafios e transições que acontecem com o jovem adolescente, no processo da escolha de sua profissão, o que corroborou para a delimitação específica do tema.

A coleta de dados dos questionários aplicados com os 13 professores e os 34 alunos, ocorreu no período de setembro à novembro de 2016, sendo que um dos motivos que influenciou na escolha da instituição a ser pesquisada foi a facilidade de acesso desta pesquisadora aos docentes e a escola, assim como pelo fato, da mesma já ter realizado pesquisa anteriormente, no ano de 2014 quando concluiu uma especialização em Fundamentos da Educação.

No mês de dezembro de 2016 e janeiro de 2017, foi feita uma pesquisa com os 33 alunos que participaram do projeto de escolha profissional no ano de 2014, para revisitar seus respectivos egressos, ou seja, quais escolhas profissionais fizeram. Os dados obtidos

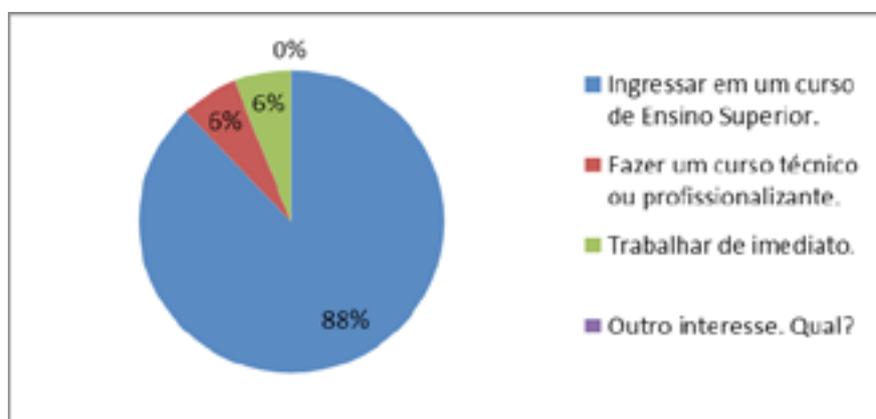
foram através de encontro presencial e via rede social (Facebook), visto a impossibilidade de encontrá-los todos pessoalmente, já que após dois anos de conclusão de Ensino Médio, muitos já não residem mais na cidade da escola investigada.

O mercado de trabalho na perspectiva de alunos e professores

Delimitamos por meio de gráficos, com base nas respostas da primeira pergunta do questionário aplicado, a qual indagava sobre as pretensões após o término da última série do ensino básico, os resultados quanto à escolha profissional dos 33 alunos investigados em 2014.

De acordo com o gráfico 01, 88% dos alunos responderam que pretendiam ingressar em um curso a nível superior. Tal dado é relevante e nos mostra que os alunos visualizam nos cursos de nível superior a forma de buscar uma melhoria de vida, sucesso e realização profissional.

Gráfico 01: Percentual das respostas quanto às pretensões e expectativas dos alunos após o término do EM.



Fonte: OLIVEIRA, V. Análise de dados de pesquisa, 2014.

Depois de uma segunda investigação com os 33 alunos do ano de 2014, constatamos por meio do levantamento dos dados obtidos nos anos de 2016/2017, obtivemos o seguinte resultado:

Gráfico 02: Egresso atual dos alunos investigados em 2014

Fonte: Oliveira, V. Análise de dados de pesquisa, 2017.

Verificamos com este resultado, que o projeto desenvolvido na escola investigada no ano de 2014, teve resultado positivo, visto que 37% dos alunos ingressaram em um curso a nível superior; 15 % em um curso técnico e/ou profissionalizante, seguido de 27% no mercado de trabalho e 21% sem estudar e trabalhar.

No que tange à escolha por cursos técnicos e/ou profissionalizantes que obtivemos um total de (15% dos investigados). Sobre este tipo de escolha, na última década do século XX, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) (dez/1996) criou, entre outros, os cursos de curta duração, ou sequenciais (art. 44º, inciso II), como eram chamados, além de cursos à distância (cursos online). De acordo com Motta,

O interesse pelos cursos técnicos vem aumentando muito, tanto que as matrículas cresceram 74,9% entre 2002 e 2010, segundo os dados colhidos junto ao portal do Ministério da Educação e Cultura. Em 2002, o número de jovens matriculados nessa modalidade de ensino chegava a pouco mais de 650 mil alunos. Em 2010, esse número salta para mais de 1,1 milhão de jovens matriculados na educação profissional” (Motta, 2016, p. 85).

O que não é nosso objetivo traçar perfis dos alunos que optam por cursos técnicos ou profissionalizantes, mas consideramos pertinente levantar dados (percentuais) de quais escolhas os alunos estão fazendo. E como foi possível identificar, a maioria dos alunos fez escolha pela universidade.

Realizada a pesquisa de campo, os dados coletados foram analisados pressupondo todo

o material de modo a confrontá-los com a revisão documental já realizada. Gil (1999) defende que a análise dos dados é uma atividade complexa, que envolve dados concretos e dados abstratos, raciocínio indutivo e dedutivo, descrição e interpretação.

Para os resultados da nova pesquisa feita na mesma instituição, nos a nos de 2016/2017, foram instituídas categorias com a organização, redução e interpretação dos dados, onde nesta perspectiva foi formada uma versão teórica da realidade, ou seja, foram analisados e avaliados de maneira qualitativa as informações obtidas, apreciando as manifestações e concepções dos participantes da pesquisa e comparando as suas falas com a literatura da área.

De acordo com as respostas dos professores que responderam ao questionário, a escola é um lugar privilegiado para trabalhar a escolha profissional do aluno, através dos seus docentes. Desenvolvendo projetos com esta temática, oferecendo palestras, trabalhando textos sobre cursos, profissões, mercado de trabalho, convidando à família até a escola para participar e contribuir com o processo de escolha profissional dos alunos.

Os 13 professores participantes, de acordo com o material coletado, têm acesso ao PPP, que por sua vez, menciona que a escola trabalha a temática escolha profissional, cidadania e mercado de trabalho, porém o mesmo encontrava-se desatualizado.

No questionário aplicado aos professores, havia um quesito, cuja intenção era identificar o conhecimento dos docentes acerca do item, da LDB, que trata sobre as práticas do mundo do trabalho e deve ser trabalhado com os alunos do 3º ano do EM, pois abre espaço para debates acerca do mercado de trabalho, profissões, escolha profissional, cursos técnicos e/ou profissionalizantes, dentre outras. Segundo as informações obtidas, dos 13 (100%) professores investigados, 4 (30%) não conheciam esta informação, mas que se comprometeram nas respostas que a partir do questionamento iriam buscar fazer a leitura e entender sua funcionalidade.

Atualmente, a LDB nº 9.394/96 dispõe que cabe ao Ensino Médio “[...] a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (Brasil, 1996). Quando questionado sobre a escolha profissional dos alunos e a importância da escola neste momento, a maioria dos professores indicaram que:

É papel da escola e da família trabalhar a escolha profissional do aluno” (Respostas dos sujeitos 2, 4, 7, 10 e 11).

A escola é um lugar privilegiado para trabalhar a temática escolha profissional, e eu trabalho esta temática com os alunos do 3º ano médio” (Respostas dos sujeitos 1, 3, 5, 6, 9 e 12).

A escola é um lugar privilegiado para trabalhar a temática escolha profissional, mas e eu ainda não trabalho esta temática com os alunos do 3º ano médio (Respostas dos sujeitos 8 e 13).

Nota-se, que para eles a escola é um excelente lócus para se trabalhar a temática da escolha profissional com os seus alunos. Os professores participantes validam esta informação, pelo fato que muitos deles já abordam em suas aulas a temática.

Quando os alunos foram questionados quanto ao que a escola poderia melhorar e promover além do que já proporciona para ajudá-los no processo de escolha profissional, as respostas foram:

Proporcionando visitas as Universidades. (Respostas dos alunos 14,19, 26, 32 e 5).

Trazendo profissionais da área da psicologia para conversar com os alunos. (Respostas dos alunos 4, 6, 8, 11, 15, 16, 20, 21, 27 e 28).

Trazendo mais profissionais para falar (palestras) sobre as diferentes profissões e o mercado de trabalho. (Respostas dos alunos 1, 7, 12, 13, 17, 23, 25, 29, 30, 31 e 34).

Promovendo testes vocacionais (Respostas dos alunos 2, 3, 9,10, 22 e 33).

As falas dos alunos e professores reúnem informações e subsídios de como a escola pode aprimorar o que já proporciona e dinamizar o processo de trabalho com o tema escolha profissional.

Considerações Finais

Diante dos teóricos apresentados e das discussões realizadas nessa pesquisa, apontamos a relevância do estudo acerca do processo de escolha profissional dos alunos do 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública paraibana. Nos diferentes níveis acadêmicos de estudo e de pesquisa, a temática escolha profissional, mercado de trabalho e juventude ganha um espaço peculiar no campo da investigação social e histórica, principalmente nas áreas educacionais a partir das últimas décadas do século XX, surgindo importantes direcionamentos e olhares para as questões que envolvem a juventude.

Para alcançar os objetivos propostos para esta pesquisa realizamos uma investigação com os docentes e discentes do terceiro ano do Ensino Médio, através de questionários e análise do PPP da escola. O que nos permitiu concluir que professores e alunos consideram relevante trabalhar a temática.

Quanto ao resultado alcançado diante das respostas dos docentes, eles demonstraram ter interesse de trabalhar a escolha profissional de seus alunos, alguns até já desenvolvem atividades em sala de aula nesta perspectiva.

De acordo com os professores, a escola é o espaço ideal para trabalhar questões sobre o processo de escolha profissional não só com os alunos, mas também trazer à família até a escola por ser um ambiente importante em sua vida social. Os professores citaram que é necessário trabalhar com projetos envolvendo esta temática e oferecer palestras sobre as profissões, promovendo a inclusão e inserção de muitos alunos seja na universidade, cursos profissionalizantes e/ou diretamente no mercado de trabalho, visto encontrarmos jovens que a condição financeira exige dos mesmos uma ajuda no orçamento familiar.

Objetivando informar e contribuir junto aos sujeitos participantes sobre as carreiras, mercado de trabalho e as possíveis escolhas profissionais dos alunos, criamos um blog instrucional, <https://valdaozeane.wixsite.com/escolhaprofissional>, o qual já foi testado junto aos participantes desta pesquisa, na intenção de oportunizar e mostrar aos professores que podemos trabalhar com tecnologias, sejam blog, facebook dentre outros, visto não comprometermos os conteúdos exigidos pelo currículo e o processo de ensino aprendizagem ir além dos muros da escola.

Referências

- Alvim, Joselene Lopes. (2011). O papel da escola na orientação profissional: uma análise contemporânea da dimensão teórica e prática na cidade de Presidente Prudente-SP. 154 p. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, São Paulo.
- Amorim, Maria Gorette; Santos, Maria Escolástica de Moura. (2016). O Caráter de classe da Reforma do Ensino Médio. REVISTA ELETRÔNICA ARMA DA CRÍTICA NÚMERO 7/DEZEMBRO 2016 ISSN 1984-4735 Disponível em: < <http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/7%20o%20carater%20de%20classe%20da%20reforma%20do%20ensino%20medio.pdf>> Acesso dia 04 de fev de 2017.
- Barbosa, Márcia Silvana Silveira. (2004). O papel da escola: obstáculos e desafios para uma educação transformadora. Dissertação de mestrado. Porto Alegre. Ed. UFRS. 88-106 p.
- Brasil. (2013). Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno II :o jovem como sujeito do ensino médio / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; [autores :Paulo Carrano; Juarez Dayrell.]. – Curitiba : UFPR/Setor de Educação, 69 p.
- Brasil. (1996). Lei nº 9394 de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Carneiro, Moaci Alves. (2012). O Nó do Ensino Médio. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 285 p.
- Dayrell, Juarez; Carrano, P.; Maia, C. L. (2014). Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: UFMG, 339 p.
- Demo. Pedro. (2001). Pesquisa: princípio científico educativo. 8ª ed. São Paulo: Cortez.

- Ferreira, Suzana da Silva; Machado, Tatiane Vanessa. (2012). O Ensino Médio no Brasil. Ensino de Sociologia em Debate. Revista eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais- UEL. Jan-jun. 21p.
- Galindo, Bruna Castelane. (2010). Disponível em: <<file:///D:/Users/Valda%20Ozeane/Downloads/2348-5162-1-PB.pdf>> Acesso dia 25 de jan de 2017.
- Gil, Antônio Carlos. (1999). Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 222p.
- Menezes, L. C. de. (2001). O novo público e a nova natureza do ensino médio. Estud. A.v., São Paulo, v. 15, n. 42, aug. 2001. Disponível em : < <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0103-40142001000200008&lng=en&nrm=iso> > Acesso em 13 de nov de 2016.
- Motta, Paulo Tadeu Rabelo da. (2016). O aluno mudou e eu nem percebi: ensino técnico, mercado de trabalho e estudo de perfis. 1 ed – Curitiba: Appris, 115 p.
- Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude – alguns contributos. Análise Social, Vol. 25, No. 105-106, pp. 139-165.
- Ribeiro, Raimunda Maria da Cunha. (2015). A Pesquisa científica no campo da educação: pontos e passos. Teresina: EDUFPI, 128 p.
- Rodrigues, Paula Cristina Raposo. Multiculturalismo : a diversidade cultural na escola. Relatório de atividade profissional. Lisboa, 2013.
- Sifuentes, Monica. (2009). Direito Fundamental à Educação. Editora Nuria Fabris. Ed. 2ª, pag.68.
- Silva, C.R; Lopes, R.E. (2009). Adolescência e Juventude: entre conceitos e políticas públicas. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFScar, São Carlos, Jul-Dez, v.17, n.2, p.87-106.
- Sposito, Marília Pontes. (2006). Estudos sobre juventude em educação. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, ANPED, mai/jun/ago /set/out/nov/dez, nº 5 e 6 , p.37-52.